
Assú Transmissora de Energia Ltda.

***Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Quotistas
Assú Transmissora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Assú Transmissora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933, de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa Assú Transmissora de Energia Ltda. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 23 de abril de 2025.



Assú Transmissora de Energia Ltda.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.




Assú Transmissora de Energia Ltda.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatória, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PR066300/O-1

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS 2024
ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**

SUMÁRIO

1 – relatório anual da administração	3
1.1 Contexto Operacional	3
1.2 Organograma da Empresa	4
1.3 Governança Corporativa	4
1.4 Política de Qualidade	5
1.5 Declaração da Diretoria	5
1.6 Relação com o Auditor Independente	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS	7
Ativos Regulatórios	7
Passivos Regulatórios	8
Demonstrações de Resultados Regulatórios	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	12
NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	13
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	13
NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS	14
3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes	14
3.2 - Compensações Entre Contas	15
3.3 - Caixa e equivalentes de caixa	15
3.4 – Imobilizado e Intangível	15
3.5 Empréstimos e Financiamentos	15
3.6 - Receita de aplicação financeira	15
3.7 - Apuração de resultado	15
3.8 - Forma de tributação	15
3.9 - Provisões	15
3.10 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	16
3.11 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis	16
3.12 Mensuração do Valor Justo	16
3.13.RISCOS	17
3.13.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	17
3.13.2 Gestão de risco financeiro	17
3.13.3 Riscos de taxas de juros	18
3.13.4 Risco de crédito	18
3.13.5 Risco de liquidez	18
3.13.6 Gestão de risco de capital	19
3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	19
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	20
NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR	21
NOTA 7 – ESTOQUES	21
NOTA 8 – IMOBILIZADO	21
NOTA 9 - INTANGÍVEL	22
NOTA 10 - FORNECEDORES	22

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS	23
NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS	24
NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES	24
NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
NOTA 16 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25
NOTA 17 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS	25
NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO	25
NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	26
NOTA 20 - NOTAS DE AJUSTES DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA	26
20.1 - Ativo financeiro - Concessões	32
20.2 - Imobilizado	32
20.3 - Obrigações com Quotistas	33
20.4 Empréstimos e Financiamentos	33
20.5 - Impostos Diferidos	33
20.6 - Resultado a Disposição da Assembleia	33
20.7 - Receitas operacionais	33
20.8 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões	33

1 – RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 Contexto Operacional

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa “Ltda”, segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

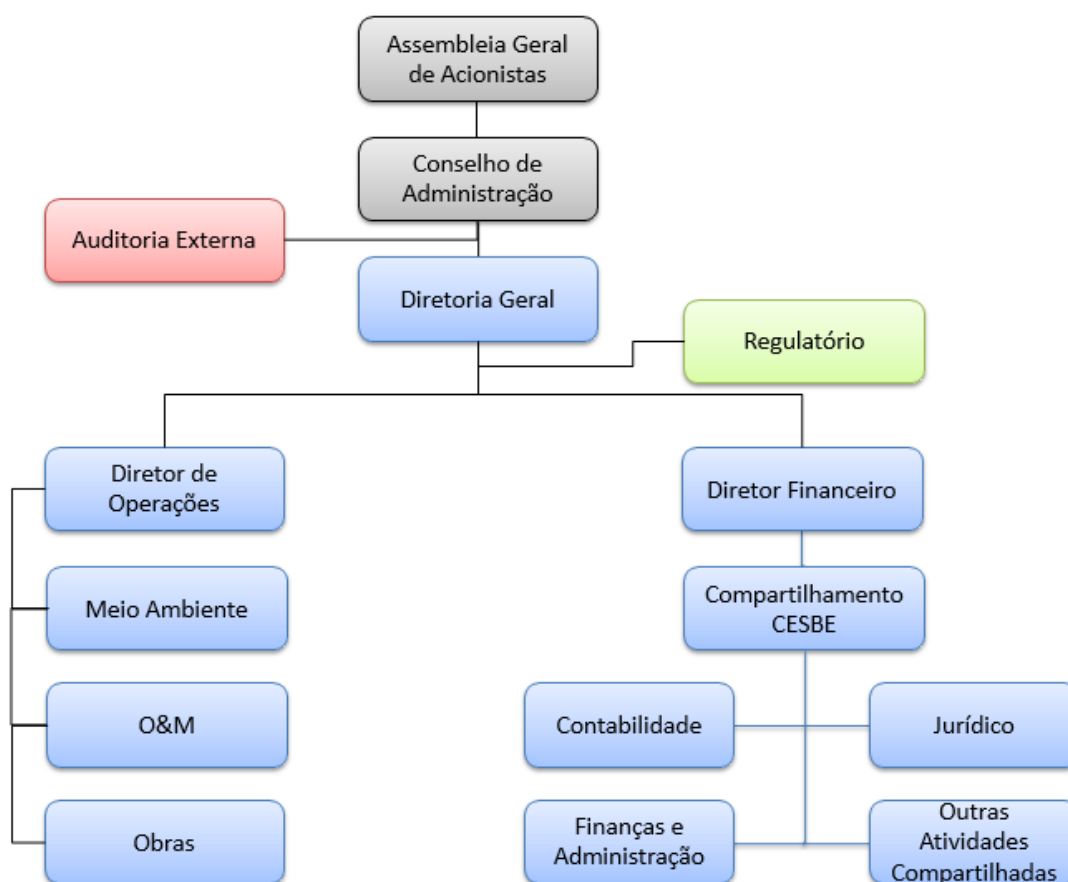
A subestação de Açú III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante

indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações contábeis regulatória são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

1.2 Organograma da Empresa



1.3 Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Assú Transmissora de Energia Ltda. realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da Transmissora e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns ao Grupo Cesbe.

1.4 Política de Qualidade

A Assú Transmissora de Energia Ltda. respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes da Administração o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e em resultados;
- (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade;
- (iv) cumprimento das Normas de Segurança; e
- (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

1.5 Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias e com a opinião dos auditores independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2024.

1.6 Relação com o Auditor Independente

A Companhia contratou a PricewaterhouseCoopers para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS 2024
ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS**Ativos Regulatórios**

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

ATIVO	Nota	2024	2023
<u>CIRCULANTE</u>		<u>8.776</u>	<u>6.702</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.309	3.661
Contas a Receber de Clientes	5	892	446
Impostos a Recuperar	6	126	144
Estoques	7	2.311	2.311
Despesas Antecipadas		138	140
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		<u>128.949</u>	<u>133.503</u>
Imobilizado	8	77.346	79.591
Intangível	9	51.603	53.912
TOTAL DO ATIVO		<u>137.725</u>	<u>140.205</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Passivos Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		7.399	6.767
Fornecedores	10	1.295	1.262
Empréstimos e Financiamentos	11	4.662	3.838
Obrigações Fiscais	12	267	342
Obrigações com Quotistas	13	908	1.149
Outras Obrigações	14	267	176
NÃO-CIRCULANTE		68.688	77.416
Empréstimos e Financiamentos	11	67.313	72.432
Outras Obrigações	14	1.193	1.193
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social		182	3.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	61.638	56.022
Capital Social		51.000	51.000
Resultado a Disposição da Assembleia		10.638	5.022
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.725	140.205

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações de Resultados Regulatórios

ASSU TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita Operacional Líquida	16	19.508	18.816
(-) Custos do Ativo Financeiro		(6.450)	(7.139)
Lucro Bruto		13.058	11.677
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<u>(98)</u>	<u>(75)</u>
Gerais e Administrativas	17	(98)	(75)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		12.960	11.602
<i>Resultado Financeiro</i>	18	<u>(6.559)</u>	<u>(7.818)</u>
Receitas Financeiras		526	793
Despesas Financeiras		(7.085)	(8.611)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		6.401	3.784
Imposto de Renda e Contribuição Social		(785)	(851)
Resultado Líquido do Exercício		<u>5.616</u>	<u>2.933</u>
Lucro por Quota:		0,286	0,149

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios

ASSU TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.

C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2022	19.633	264	2.387	-	22.284
Destinação de Lucros cfm AGO	-	2.387	(2.387)	-	-
Aumento de Capital cfm AGE	31.367	-	-	-	31.367
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	2.933	2.933
Reserva Legal	-	147	-	(147)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(562)	(562)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	2.224	(2.224)	-
Em 31 de dezembro de 2023	51.000	2.798	2.224	-	56.022
Reversão Reserva Legal	-	(2.798)	2.798	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	5.616	-	5.616
Em 31 de dezembro de 2024	51.000	-	10.638	-	61.638

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Resultado Abrangente

ASSU TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido do Exercício	5.616	2.932
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	5.616	2.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

ASSU TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
MÉTODO DIRETO
 (Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.402	3.783
Ajustado por:		
Doações de Imobilizados Recebidos	(364)	0
Depreciação e Amortização	4.919	4.985
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	10.957	8.768
Créditos a receber	(447)	(192)
Impostos a Recuperar	18	(30)
Despesas Antecipadas	1	(33)
Outros Créditos	0	37
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(428)	(218)
Fornecedores	32	(356)
Obrigações Sociais	0	(16)
Obrigações Fiscais	(75)	68
Pagamento de IRPJ e CSLL	(785)	(851)
Obrigações com Acionistas	(240)	(438)
Outras Obrigações	90	1.301
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(978)	(292)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.551	8.258
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0	31.367
Pagamento de Dividendos	0	(562)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(3.608)	(34.526)
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(4.295)	(5.192)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(7.903)	(8.913)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.648	(655)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.661	4.316
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.309	3.661

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa “Ltda”, segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

A subestação de Açú III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, reestruturado e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 933, de 28 de maio de 2021.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e pronunciamentos contidos no Plano de Conta do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar, necessariamente, uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas na nota 19, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2025.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 - Imobilizado e Intangível

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel e/ou pelo seu prazo de concessão.

3.5 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

3.6 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 - Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.8 - Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são cálculos com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.9 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

3.11 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são:

- (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Impairment dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis; e,
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.12 Mensuração do Valor Justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.13.RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.13.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.13.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

(b) **Aplicações Financeiras:** São classificadas como mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

(c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(d) **Valor justo:** Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

(e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

3.13.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

3.13.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e de suas políticas de crédito e cobrança.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

3.13.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

3.13.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Bancos Conta Movimento	28	32
Aplicações Financeiras (i)	5.281	3.629
Total	5.309	3.661

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2024	2023
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	4	8
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	3.715	3.426
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	1.562	195
	Total		5.281	3.629

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú e com média de rendimento de 83,75% da CDI no BNB.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	580	116	196	892	446
Total	580	116	196	892	446

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada

caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R\$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRRF Retido	75	93
Pis/Cofins/CSLL Retido	51	51
Total	126	144

NOTA 7 – ESTOQUES

	2024	2023
Materiais Sobressalentes	2.190	2.190
Adiantamentos à fornecedores	121	121
Total	2.311	2.311

NOTA 8 – IMOBILIZADO

Síntese da movimentação do ativo imobilizado

Ativo Imobilizado	31/12/2023			Adições	Depreciação	31/12/2024		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido			Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Terrenos	75	-	75	-	-	75	-	75
Edificações e Benfeitorias	6.201	(314)	5.887	-	(200)	6.201	(514)	5.687
Máquinas e Equipamentos	77.087	(3.476)	73.611	-	(2.042)	77.087	(5.518)	71.569
Móveis e Utensílios	4	-	4	-	(1)	4	(1)	3
Equipamentos de Informática	16	(2)	14	-	(2)	16	(4)	12
	83.383	(3.792)	79.591	-	(2.245)	83.383	(6.037)	77.346

Ano Anterior

Ativo Imobilizado	31/12/2022					31/12/2023		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Depreciação	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Terrenos	75	-	75	-	-	75	-	75
Edificações e Benfeitorias	6.201	(92)	6.109	-	(222)	6.201	(314)	5.887
Máquinas e Equipamentos	77.087	(1.022)	76.065	-	(2.454)	77.087	(3.476)	73.611
Móveis e Utensílios	4	-	4	-	-	4	-	4
Equipamentos de Informática	6	(1)	5	10	(1)	16	(2)	14
	83.373	(1.115)	82.258	10	(2.677)	83.383	(3.792)	79.591

NOTA 9 - INTANGÍVEL

Síntese da movimentação do ativo intangível

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2023				31/12/2024		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	165	(45)	120	(28)	165	(73)	92
Software em Serviço	0%	57.023	(3.231)	53.792	(2.281)	57.023	(5.512)	51.511
		57.188	(3.276)	53.912	(2.309)	57.188	(5.585)	51.603

Ano Anterior

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2022				31/12/2023		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	165	(18)	147	(27)	165	(45)	120
Software em Serviço	4%	57.023	(950)	56.073	(2.281)	57.023	(3.231)	53.792
		57.188	(968)	56.220	(2.308)	57.188	(3.276)	53.912

NOTA 10 - FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedores	1.295	1.262
Total	1.295	1.262
A vencer em até 30 dias	1.295	1.262
Total	1.295	1.262
Em Reais R\$	1.295	1.262
Em Reais R\$	1.295	1.262

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024				Vencimento							Total	
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos		Acima de 5 anos
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	4.662	67.313	4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975
Total						4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975

Em 31 de Dezembro de 2023				Vencimento							Total	
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos		Acima de 5 anos
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	3.838	72.432	3.838	4.236	4.656	5.112	5.592	52.836	76.270
Total						3.838	4.236	4.656	5.112	5.592	52.836	76.270

Saldos em 2022	80.269
Pagamentos de Principal	(3.840)
Pagamentos de Juros	(5.627)
Juros Capitalizados	5.468
Saldos em 2023	76.270
Pagamentos de Principal	(4.236)
Pagamentos de Juros	(6.130)
Juros Capitalizados	6.071
Saldos em 2024	71.975

Os financiamentos estão garantidos por ações da Cia. São reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados o saldo devedor atualizado. Em 31 de dezembro de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”).

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2024	2023
IRPJ a Recolher	126	165
CSLL a Recolher	65	81
Pis a Recolher	10	11
Cofins a Recolher	47	52
INSS a Recolher	9	14
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	5	11
ISS a Recolher Terceiros	4	6
IRRF a Recolher	1	2
Total	267	342

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2024	2023
Obrigações Com Quotistas/Acionistas	908	1.149
Total	908	1.149

O montante de R\$ 908 (R\$ 1.149 em 2023), refere-se aos dividendos aprovados do exercício de 2023, ainda não liquidados. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Encargos Setoriais a Recolher	267	176
Instalações Recebidas em Transferência	1.193	1.193
Total	1.460	1.369
Curto Prazo	267	176
Longo Prazo	1.193	1.193
Total	1.460	1.369

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito é de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 quotas sem valor nominal, que em 31/12/2024 representa o montante de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais).

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar futuras necessidades de investimentos ou contingências, esta medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

NOTA 16 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2024	2023
Receita de Transmissão	20.475	19.724
Receita Operacional Bruta	20.475	19.724
	2024	2023
(-) Pis	(133)	(128)
(-) Cofins	(614)	(592)
(-) Encargos Setoriais	(220)	(188)
(-) Deduções da Receita	(967)	(908)
Receita Operacional Líquida	19.508	18.816

NOTA 17 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de terceiros	(60)	(29)
Despesas Legais	(37)	(21)
Outros	(1)	(25)
(-) Gerais e Administrativas	(98)	(75)

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	506	571
Ajuste a Valor Presente	2	2
Outras Receitas	18	220
Receitas Financeiras	526	793
	2024	2023
(-) Despesas Bancárias	(83)	(83)
(-) Juros de Mora	(6.984)	(8.518)
(-) Variações Monetárias	(18)	(10)
(-) Despesas Financeiras	(7.085)	(8.611)
Resultado Financeiro	(6.559)	(7.818)

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2024.

NOTA 20 - NOTAS DE AJUSTES DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

ATIVO	Nota	2024			2023		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<u>CIRCULANTE</u>		23.990	(15.214)	8.776	23.116	(16.414)	6.702
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.309	-	5.309	3.661	-	3.661
Contas a Receber de Clientes		892	-	892	446	-	446
Impostos a Recuperar		126	-	126	144	-	144
Estoques		2.311	-	2.311	2.311	-	2.311
Despesas Antecipadas		138	-	138	140	-	140
Ativo Financeiro		15.214	(15.214)	-	16.414	(16.414)	-
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		128.683	266	128.949	130.400	3.103	133.503
Ativos da Concessão		128.576	(128.576)	-	130.263	(130.263)	-
Imobilizado		15	77.331	77.346	17	79.574	79.591
Intangível	20.2	92	51.511	51.603	120	53.792	53.912
TOTAL DO ATIVO		152.673	(14.948)	137.725	153.516	(13.311)	140.205

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024			2023		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE		7.399	-	7.399	6.767	-	6.767
Fornecedores		1.295	-	1.295	1.262	-	1.262
Empréstimos e Financiamentos		4.662	-	4.662	3.838	-	3.838
Obrigações Fiscais		267	-	267	342	-	342
Obrigações com Acionistas	20.3	908	-	908	1.149	-	1.149
Outras Obrigações		267	-	267	176	-	176
NÃO-CIRCULANTE		78.729	(10.041)	68.688	87.287	(9.871)	77.416
Empréstimos e Financiamentos	20.4	67.313	-	67.313	72.432	-	72.432
Obrigações Fiscais Diferidas	20.5	9.678	(9.678)	-	9.871	(9.871)	-
Outras Obrigações		1.556	(363)	1.193	1.193	-	1.193
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social		182	-	182	3.791	-	3.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.545	(4.907)	61.638	59.462	(3.440)	56.022
Capital Social		51.000	-	51.000	51.000	-	51.000
Reservas de Lucros	20.6	15.545	(4.907)	10.638	8.462	(3.440)	5.022
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.673	(14.948)	137.725	153.516	(13.311)	140.205

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro/Prejuízo por Quota)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	Nota	2024			2023		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida	20.7	16.278	3.230	19.508	17.871	945	18.816
(-) Custos		(1.161)	(5.289)	(6.450)	(4.550)	(2.590)	(7.140)
Lucro Bruto		15.117	(2.059)	13.058	13.321	(1.645)	11.676
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<u>(98)</u>	<u>-</u>	<u>(98)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>
Gerais e Administrativas		(98)	-	(98)	(75)	-	(75)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		15.019	(2.059)	12.960	13.246	(1.645)	11.601
<i>Resultado Financeiro</i>		<u>(7.239)</u>	<u>680</u>	<u>(6.559)</u>	<u>(8.498)</u>	<u>680</u>	<u>(7.818)</u>
Receitas Financeiras		527	(1)	526	793	-	793
Despesas Financeiras		(7.766)	681	(7.085)	(9.291)	680	(8.611)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		7.780	(1.379)	6.401	4.748	(965)	3.783
Contribuição Social e Imposto de Renda Corrente		(785)	-	(785)	(574)	(277)	(851)
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos		88	(88)	-	(34)	34	-
Resultado Líquido do Exercício		7.083	(1.467)	5.616	4.140	(1.208)	2.932
Lucro por Quota:		0,361		0,286	0,211		0,149

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022	19.633	913	4.393	-	24.939
Aumento de Capital cfm AGE	31.367	-	-	-	31.367
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	4.140	4.140
Reserva Legal	-	207	-	(207)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(984)	(984)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	2.949	(2.949)	-
Em 31 de dezembro de 2023	51.000	1.120	7.342	-	59.462
Reversão Reserva Legal	-	(1.120)	1.120	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	7.083	-	7.083
Em 31 de dezembro de 2024	51.000	-	15.545	-	66.545

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido do Exercício	7.083	4.140
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	7.083	4.140

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
MÉTODO DIRETO
 (Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	7.779	4.748
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	3.279	3.850
Impostos Diferidos	(194)	(74)
Doações Recebidas	(364)	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	10.500	8.524
Créditos a receber	(446)	(192)
Impostos a Recuperar	18	(30)
Estoques	0	(20)
Despesas Antecipadas	2	(33)
Outros Créditos	0	57
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(426)	(218)
Fornecedores	33	(356)
Obrigações Sociais	0	(16)
Obrigações Fiscais	(772)	(540)
Outras Obrigações	455	117
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(284)	(795)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.790	7.511
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizados	2	(8)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	2	(8)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(3.608)	(3.159)
Lucros/Dividendos Propostos	(241)	(1.000)
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(4.295)	(3.999)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(8.144)	(8.158)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.648	(655)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.661	4.316
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.309	3.661

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

20.1 – Ativo da Concessão

A concessão da ASSÚ Transmissora de Energia Ltda. está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

20.2 - Imobilizado

Na contabilidade regulatória, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, todos os bens registrados no Relatório de Controle Patrimonial - RCP, são considerados Ativos de Concessão.

Na contabilidade societária da Companhia, estão registrados como imobilizados e intangíveis apenas bens de uso da administração da Companhia.

20.3 - Obrigações com Quotistas

O montante de R\$ 908 (R\$ 1.149 em 2023), refere-se aos dividendos aprovados do exercício de 2023, ainda não liquidados. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”.

20.4 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

20.5 - Impostos Diferidos

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 89 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2023).

20.6 - Resultado a Disposição da Assembleia

O Resultado Líquido do período, nesta etapa de pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

20.7 - Receitas operacionais

Na contabilidade societária, as receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Na contabilidade regulatória a receita regulatória é proveniente da Receita Anual Permitida - RAP e mensurada mensalmente pelo ONS através do Aviso de Crédito - AVC. Essa receita dá origem a conta clientes e é o valor efetivamente faturado pela Companhia.

20.8 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões

A contabilidade regulatória registra a aquisição de imobilizados e/ou intangíveis como ativos da Companhia. Na contabilidade societária esses mesmos valores são registrados como custos ou despesas operacionais, conforma a sua natureza.

Curitiba-PR, 15 de abril de 2025

Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva
Administradora

Paulo Roberto Studzinski
Contador – CRC/PR 064678/O-0